



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

## ATA DE REUNIÃO

## Ata da 15ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia

09 de Dezembro de 2023

## Plenária Ordinária

1 Ao nono dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às dez horas e vinte minutos, iniciou-se o  
2 segundo dia da Décima Quinta Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono Plenário  
3 do Conselho Federal de Psicologia. Participou de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida,  
4 Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carla Isadora Barbosa Canto, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza,  
5 Clarissa Paranhos Guedes, Evandro Moraes Peixoto, Fabiane Rodrigues Fonseca, Gabriel Henrique  
6 Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza  
7 Bernardes, Juliana de Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol  
8 Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Raquel Souza  
9 Lobo Guzzo, Roberto Chateaubriand Domingues, e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. **Ponto 20:**  
10 **inserido na hora. INFORME SOBRE AÇÕES REALIZADAS PELO PLENÁRIO EM 2023.** Pedro Paulo Gastalho  
11 de Bicalho fez retrospectiva do número de reuniões e eventos acontecidos no ano de 2023 (dois mil e  
12 vinte e três), quantidade de pessoas que vieram para os eventos. Disse que estes números dizem  
13 respeito ao funcionamento do plenário. Lembrou que no dia de ontem conseguiram juntar  
14 presencialmente todas as 22 (vinte e duas) conselheiras e que este feito é emblemático. Antônio Virgílio  
15 Bittencourt Bastos pensa que estes números mostram um ritmo frenético de atuação e que isto reflete  
16 nas funcionárias, nas conselheiras. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que ontem foi procurado por  
17 vários funcionários que expressaram o seu sentimento de clima organizacional agradável. Comentou que  
18 somos uma plenária intensa, com afeto. Carolina Saraiva trouxe os dados da Secretaria de Orientação e  
19 Ética no ano de 2023 (dois mil e vinte e três), quantidade de processos julgados, quantidade de  
20 julgamentos, média de processos julgados. Destacou a função precípua da SOE e que tudo que é feito é  
21 com muito zelo. Referiu que restam alguns processos a serem julgados e agradeceu a todas as  
22 conselheiras e funcionárias pelo empenho. Alessandra Santos de Almeida recitou um poema e disse que  
23 queria finalizar o ano com a honra de estar fazendo parte deste plenário. Agradeceu a confraternização  
24 de ontem, que foi um espaço de carinho. Parabenizou as ações do QVT. Maria Carolina Fonseca Barbosa  
25 Roseiro comentou que queria estar na plenária para a confraternização, mas que estava trabalhando.  
26 Evandro Moraes Peixoto apresentou as ações da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – CCAP e  
27 apresentou o relatório de gestão da CCAP. Falou sobre alguns Projetos de Lei que estão em andamento,  
28 apresentou o quantitativo dos testes avaliados, as reuniões feitas, os diálogos digitais e as ações futuras,  
29 perspectivas futuras, participação em eventos. Ressaltou que não há integrantes da Região Nordeste na  
30 Comissão e quer se aproximar da região nordeste, e que a intenção, como perspectiva futura, é que seja  
31 discutida a avaliação psicológica para pessoas com deficiência. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos  
32 comentou sobre a confraternização realizada ontem, que foi um trabalho acertado de toda uma equipe,  
33 e que vivemos uma grande virada. Falou também sobre a quantidade de atividades, que o preocupa,  
34 pois destacou que as prioridades não estão sendo definidas e que talvez, em algum momento, temos  
35 que fazer uma avaliação do quanto essas ações que são feitas geram resultados, e que não há avaliação  
36 de prioridades. Preocupa-se, pois, representam um projeto político para a psicologia brasileira e que é  
37 preciso pensar no futuro deste projeto e que há pouco espaço para o diálogo. Pensa que é preciso  
38 diminuir um pouco as ações e pensar mais no nosso projeto político. Raquel Souza Lobo Guzzo pensa  
39 que poderia construir uma nova representação social da avaliação psicológica, pois temos uma história  
40 ruim com a avaliação psicológica e que na área da educação a avaliação psicológica é bem crítica. Pensa  
41 que é importante que a CCAP avise o que está sendo feito, pois a psicologia precisa falar para outras  
42 comunidades, a sociedade sofre o impacto do que fazemos enquanto psicologia. Comentou sobre o

43 capítulo de justiça no Guia da CCAP, pensa que deve abrir debate sobre a importância e os possíveis  
44 focos da Avaliação Psicológica. Ponderou também que é preciso ouvir a sociedade e desmistificar a  
45 representação social da avaliação psicológica. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro contou que  
46 Daniela Zanini foi a responsável por fazê-la prestar atenção na avaliação psicológica e que estavam  
47 discutindo, à época, a Minuta de Resolução referente à produção de documentos, e que houve  
48 grande discussão sobre a produção de documentos nas políticas públicas. Pensa que é preciso ter  
49 espaços de debate das ações, mas que é preciso também que haja espaços de articulação, para que as  
50 ações não fiquem dúbias. E também que, no momento, um dos grandes méritos da CCAP é a  
51 comunicação, pensa que este esforço deve ser ampliado a todo o plenário. Pedro Paulo Gastalho de  
52 Bicalho disse que já esteve como conselheiro e que o ponto de avaliação dos testes psicológicos era  
53 motivo de dissabor. E que atualmente este momento não é tenso. E que há toda uma forma de  
54 comunicar e que isto pode ser inspirador. Disse que no dia 27 (vinte e sete) de janeiro há uma plenária  
55 extraordinária para avaliar o planejamento estratégico, pensar o modo que o planejamento estratégico  
56 se articula e sugeriu que a plenária seja realizada de forma presencial. Propõe que na plenária que será  
57 realizada no dia 19 (dezenove) de janeiro seja conversado sobre os aspectos políticos. Carolina Saraiva  
58 disse que no dia 25 (vinte e cinco) de janeiro há o combinado de realizar a conversa sobre os Processos  
59 Éticos e que a data será inserida nas agendas das conselheiras. A reunião do dia 27 (vinte e sete) de  
60 janeiro mudou de escopo e nela será discutido o Planejamento. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo  
61 ponderou que, considerando que a plenária que será realizada em janeiro será menor, sugeriu que o  
62 planejamento estratégico fosse realizado em plenária extraordinária. A plenária ponderou sobre a  
63 realização das plenárias do mês de janeiro, se esta incorpora o domingo, se será realizada de forma  
64 remota, e se discutirá o planejamento estratégico. A plenária decidiu que a reunião política só poderá  
65 ser realizada na plenária de fevereiro. **Encaminhamentos: A)** Encaminhar ao Plenário o relatório  
66 anual. **B)** A Plenária de 19 de janeiro será para discutir o Planejamento Estratégico. **C)** A Plenária de 20  
67 de janeiro será ordinária. **D)** A Plenária de 27 de janeiro deve ser cancelada. **E)** Caso haja pontos  
68 remanescentes, pautar para a Plenária de Fevereiro. **F)** Os julgamentos de 25 e 26 de janeiro se  
69 mantêm. **G)** Aprovada conversa dia 25/01 com a SOE e Conselheiros. **H)** Abrir debate sobre a  
70 importância da AP em outros âmbitos para além da Psicologia. Desmistificar a representação social para  
71 a comunidade. **Ponto 21. ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO À INICIATIVA BRASIL SEM MISOGINIA**  
72 **(Processo Sei nº 576600005.000388/2023-74).** Alessandra Santos de Almeida contou que o Ministério  
73 das Mulheres lançou em 25 (vinte e cinco) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três) a campanha  
74 "Brasil sem Misoginia" que tem como foco mobilizar a sociedade brasileira para o enfrentamento a todas  
75 as formas de violência e discriminação às mulheres. Segundo o documento compartilhado, "A proposta  
76 é fazer chegar à população uma mensagem didática, massiva e leve, engajando as pessoas para que se  
77 passe de uma ação individual para coletiva. Que se posiciona, fala, canta e dança contra a intolerância, a  
78 discriminação, desigualdades, preconceitos, todas as violências contra as mulheres e o feminicídio." A  
79 conselheira Alessandra Santos De Almeida, representante do CFP no Conselho Nacional dos Direito da  
80 Mulher, em consonância com a sólida atuação desta Plenária com as pautas de gênero, solicita a adesão  
81 à iniciativa através da assinatura do Termo. A atual composição do CNDM está chegando ao final de  
82 seu mandato e o novo processo eleitoral deve ser disparado em 2024. Pensa que é importante que se  
83 faça uma política de enfrentamento contra a misoginia. Raquel Souza Lobo Guzzo ponderou a  
84 necessidade de um termo de adesão para as crianças nas escolas. Falou sobre a violência contra as  
85 mulheres e meninas. Ivani Francisco de Oliveira perguntou se há uma proposta já escrita ou se é preciso  
86 escrever algo sobre a temática. Ponderou que um dos princípios da gestão pública é tornar público os  
87 seus atos, então pensa que se pode tornar público na abertura da Apaf um link com a carta do  
88 Germinário. É favorável à assinatura do Termo de Adesão. Izabel Augusta Hazin Pires se colocou  
89 favorável à adesão e sugere que seja elaborada uma publicação sobre o que é a violência psicológica.  
90 Alessandra Santos de Almeida propõe que se replique a Mesa que foi feita no Germinário sobre a  
91 violência psicológica. Comentou sobre uma pesquisa realizada por José Raimundo para o Instituto Maria  
92 da Penha e que esta pesquisa aponta que o índice de violência psicológica cresceu muito durante a  
93 pandemia. Sugeriu também que seja chamada uma audiência pública sobre a violência psicológica.  
94 Izabel Augusta Hazin Pires pensa em um material, uma cartilha, que chegue para a sociedade e não  
95 somente para a categoria. Carolina Saraiva disse que é importante, na pauta das meninas e mulheres,  
96 que não se esqueçam das meninas e mulheres quilombolas, de povos tradicionais, indígenas que sofrem  
97 muito, pois precisam usar os seus adornos e que para os povos tradicionais é muito sofrido. Comentou  
98 sobre o projeto ONU Mulheres, no qual as mulheres de povos tradicionais não têm visibilidade. Falou  
99 sobre a misoginia com as mulheres de terreiro, quilombolas e indígenas idosas. Gabriel Henrique Pereira

100 de Figueiredo perguntou como o Ministério das Mulheres está pensando acerca das diversas formas de  
101 ser mulher, como as trans e travestis, por exemplo. Alessandra Santos de Almeida pontuou que não é  
102 uma campanha, e sim uma estratégia, e que quando falamos em misoginia estamos englobando as  
103 mulheres trans e travestis também, pois há o reconhecimento. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo  
104 disse que neste debate há muita resistência no reconhecimento da mulher trans, travesti. Alessandra  
105 Santos de Almeida pensa que é preciso propor politicamente com a ONU Mulheres e outras entidades  
106 correlatas para subsidiar a elaboração de uma política para o combate à misoginia no Sistema Conselhos  
107 de Psicologia. **Encaminhamentos:** A) Aprovada a assinatura do Termo de Adesão à Iniciativa Brasil Sem  
108 Misoginia, do Ministério das Mulheres. B) Tornar pública a adesão do CFP à campanha "Brasil sem  
109 Misoginia". C) Incluir o informe desta adesão na APAF, articulado com a Carta do Germinário "Mulheres,  
110 Psicologia e Enfrentamento às Violências". D) Propor a elaboração de uma política para o combate à  
111 misoginia no Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com a ONU Mulheres e entidades  
112 correlatas. E) Elaborar cartilha, voltada à sociedade, com tema: "O que é violência psicológica?" **Ponto**  
113 **22. CONTRIBUIÇÕES DO CFP À ADPF 973/22 - LETALIDADE E IMPACTOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO**  
114 **NEGRA (Processo Sei nº 576600005.000475/2023-21).** Alessandra Santos de Almeida disse que em  
115 novembro de 2023 (dois mil e vinte e três) participou de reunião do Conselho Nacional de Direitos  
116 Humanos (CNDH), com a presença da organização não-governamental Conectas Direitos Humanos.  
117 Nesta, foi apresentada a ADPF 973/22 que trata sobre violações dos direitos constitucionais da  
118 população negra no Brasil, como letalidade e impactos à saúde. O debate teve como objetivo a  
119 formulação de políticas de saúde para a população negra que sejam efetivas no contexto nacional. O  
120 CNDH, assim como as instituições que compõem o respectivo conselho, foram convidadas a se  
121 candidatarem como *Amicus Curie*, o que posteriormente se mostrou inviável em função dos prazos  
122 processuais. No entanto, entendendo a importância do tema para a psicologia e a potencial contribuição  
123 que esta autarquia pode oferecer à pauta, a conselheira Alessandra solicita verificar a possibilidade de  
124 fazermos contribuições ao Processo, considerando a relevância do que temos produzido no campo. Após  
125 consulta prévia e informal ao Setor Jurídico, foi constatada a viabilidade de construção de um Memorial,  
126 que pode ser remetido ao Gabinete dos Ministros do Superior Tribunal Federal (STF), com o  
127 posicionamento e recomendações do Conselho Federal de Psicologia sobre a temática tratada, para que  
128 sejam analisados e considerados, assim que retomarem o julgamento. Deste modo, solicita-se  
129 autorização para a elaboração de Memorial sobre saúde da população negra, a ser remetido ao Gabinete  
130 dos Ministros do STF, no âmbito da ADPF 973. E designação da equipe de elaboração do documento.

131 Alessandra Santos de Almeida acha que as bandeiras "CFP na Marcha contra a Misoginia e o Racismo"  
132 podem ser utilizadas também nos espaços de representação. **Encaminhamentos:** A) Aprovada a  
133 elaboração de Memorial sobre saúde da população negra, a ser entregue ao Gabinete dos Ministros e da  
134 Ministra do STF, no âmbito da ADPF 973. B) Convidar representantes da CDH para compor a equipe de  
135 elaboração do documento e utilizar os artigos do IPEA como subsídio. C) A Conselheira Carolina Saraiva  
136 contribuirá com a elaboração do documento. D) Solicitar as bandeiras "CFP na Marcha contra a  
137 Misoginia e o Racismo" para levar aos espaços de representação. E) Providenciar bandeiras oficiais do  
138 CFP para representações em eventos. **Ponto 23. REPRESENTAÇÃO DO CFP COMO OBSERVADOR NO**  
139 **GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SALES PIMENTA DO MDHC (Processo Sei nº 576600005.000478/2023-**  
140 **65).** Alessandra Santos de Almeida informou sobre a criação do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta  
141 (GTT) pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). O GTT tem como objetivo propor a  
142 criação de políticas de proteção para os defensores de direitos humanos, comunicadores e  
143 ambientalistas, a partir da elaboração de plano nacional - com metas, ações, indicadores,  
144 responsáveis e prazos -, e de anteprojeto de lei. Considerando a importância do espaço, sugere o envio  
145 de Ofício à Secretaria de Direitos Humanos, que preside o GTT, solicitando representação do CFP como  
146 observador. Perguntou à plenária do Conselho Federal de Psicologia se há interesse de compor o Grupo  
147 de Trabalho como observador e colaborar na elaboração da política de proteção às defensoras e  
148 defensores. Carolina Saraiva disse que há 2 (dois) anos na ONU Mulheres houve 2 (dois) assassinatos de  
149 forma muito cruel e que esta questão é muito grave. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa que  
150 é preciso avaliar quem iremos trazer para mais perto da gestão e que, inicialmente, as representações  
151 devem ser abarcadas pelas conselheiras, mas que haverá um momento em que o número de  
152 representações excederá a capacidade de representação do plenário e que é preciso delegar algumas  
153 representações. Comentou que pode auxiliar, em um primeiro momento, nesta representação. Raquel  
154 Souza Lobo Guzzo disse que um dos fundamentos do projeto político da Frente é os Direitos Humanos e  
155 que as temáticas de violências nas escolas e violência nas ruas, direitos humanos e violência como um  
156 todo são prioridade e que, quando a chapa foi constituída esta questão da violência foi elencada como

157 prioridade. Ivani Francisco de Oliveira sugeriu que os membros observadores do Grupo de Trabalho  
158 podem ser os membros da Comissão de Direitos Humanos. **Encaminhamentos:** A) Autorizado envio de  
160 Ofício à Secretaria de Direitos Humanos solicitando representação do CFP como observador no Grupo de  
161 Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT). B) Indicada a CDH como representante do CFP. **Ponto 24.**  
162 **ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES EM COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DA RESOLUÇÃO 01/99 (Processo Sei nº**  
163 **576600005.000481/2023-89).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho referiu que com o objetivo de organizar  
164 um conjunto de ações em comemoração aos 25 anos da Resolução CFP 01/99, que estabelece normas  
165 de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, solicita-se autorização para a  
166 composição de um grupo de trabalho para proposição e organização das atividades alusivas à data.  
167 Destaca-se que foi previsto pela GRI, em orçamento para o próximo ano, um Seminário Nacional, com a  
168 participação do sistema conselhos, para diálogos pertinentes à pauta. Comentou que tais ações são  
169 extremamente importantes do ponto de vista político. E que é preciso manter esta Resolução viva.  
170 Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo se colocou à disposição para participar do Grupo de Trabalho.  
171 Roberto Chateaubriand Domingues disse que a resolução é importante, tanto para o Sistema Conselhos  
172 quanto para a categoria. Salientou que temos que comemorar, celebrar, pois essa é uma Resolução para  
173 a sociedade também e não só para as psicólogas. Referiu sobre as diversas ações que foram suscitadas  
174 por esta Resolução e se colocou à disposição para fazer parte do Grupo de Trabalho. Maria Carolina  
175 Fonseca Barbosa Roseiro disse que esta Resolução é muito importante, e que gostaria de se colocar à  
176 disposição para participar do Grupo de Trabalho. Carla Isadora Barbosa Canto destacou que é muito  
177 importante este tema para o Sistema Conselhos e se colocou à disposição para compor o Grupo de  
178 Trabalho. Alessandra Santos de Almeida perguntou se faz sentido envolver a Comissão de Direitos  
179 Humanos nesta temática. O plenário anuiu. Marina de Pol Poniwas também se colocou à disposição para  
180 integrar o Grupo de Trabalho. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho lembrou quando a Resolução fez 10  
181 (dez) anos. Célia Mazza de Souza destacou que ainda enfrentamos questionamentos sobre a  
182 viabilidade e a validade de cumprimento da Resolução. Raquel Souza Lobo Guzzo sugeriu que a  
183 Resolução seja atualizada, haja vista que os “considerandos” estão defasados. Gabriel Henrique Pereira  
184 de Figueiredo entende o posicionamento da conselheira, mas que não é aconselhável a atualização da  
185 Resolução dada a sua magnitude. E que novas Resoluções estão sendo expedidas fazendo referência à  
186 diversidade sexual. E que a realização do evento é muito importante para a sociedade e a categoria.  
187 Carla Isadora Barbosa Canto lembrou que o tema já foi objeto de discussão na Apaf, e que há expressões  
188 utilizadas na Resolução que atualmente são evidenciadas e explicadas. Lembrou que foi confeccionada  
189 uma Nota Técnica. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou que o debate sobre a atualização da  
190 Resolução CFP nº 001/1999 foi alvo de conversas em 2017 (dois mil e dezessete), e que já tinham  
191 entendido que a Resolução tem expressões que precisavam ser explicadas, mas que a esta não deveria  
192 ser atualizada, pois é de importância ímpar. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro ponderou que é  
193 preciso retomar o debate em algum momento, mas que é preciso avaliar, pois temos o primeiro  
194 presidente gay, temos um outro contexto e que a referência histórica não se perderá se avaliarmos a  
195 necessidade de atualizar a Resolução CFP nº 001/1999. Raquel Souza Lobo Guzzo disse que foi tocada  
196 pela preciosidade intocável da Resolução CFP nº 001/1999, mas que é preciso avançar nas discussões e  
197 ressaltou que nas escolas a questão da sexualidade é muito difícil. **Encaminhamentos:** Autorizada a  
198 organização de atividades em comemoração aos 25 anos da Resolução CFP 01/99. B) Indicadas as  
199 seguintes conselheiras e/ou colaboradoras para a composição de um grupo de organização das ações:  
200 Gabriel Henrique Figueiredo; Roberto Domingues; Carolina Roseiro; Isadora Canto; Marina Poniwas;  
201 Representantes da CDH. C) Considerar a Nota Técnica no evento. A plenária foi interrompida às 13:08h  
202 (treze horas e oito minutos) e retornou às 14:48h (catorze horas e quarenta e oito minutos). **Ponto 25.**  
203 **REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CRP 08/PR (Processo Sei nº 570800119.000027/2023-17)** Célia  
204 Mazza de Souza disse que o Conselho Regional de Psicologia - CRP-08/PR enviou ao CFP um ofício  
205 informando sobre a necessidade de reformulação orçamentária para o exercício de 2023. Foi  
206 especificando a solicitação de reformulação, os gastos, a arrecadação, excesso de arrecadação. Izabel  
207 Augusta Hazin Pires perguntou o que seria o excesso de arrecadação. Célia Mazza de Souza explicou que  
208 é feita uma previsão de quanto irá receber e o recebimento é maior do que o previsto. Perguntou se o  
209 plenário pode aprovar. O plenário anuiu. **Encaminhamento:** Aprovada a Reformulação Orçamentária do  
210 CRP-08/PR. **Ponto 26. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2024 (Processo Sei nº**  
211 **576600024.000031/2023-68).** José Eli Vasconcelos (GFin) referiu que considerando que a Proposta  
212 Orçamentária do Conselho Federal de Psicologia - 2024 deverá ser aprovada na APAF, segue para  
213 apreciação. Foi explicando as despesas, receitas e destacou que este modelo apresentado é um modelo  
214 já feito em alguns anos, adaptado ao que a Apaf solicita, pois a Proposta Orçamentária é apresentada na

215 reunião de tesoueiros e na assembleia de delegados por isto é confeccionada uma ata à parte. Antônio  
216 Virgílio Bittencourt Bastos perguntou sobre os repasses, pois há disparidade nos valores apresentados.  
217 José Eli Vasconcelos (GFin) informou que há outras receitas que devem ser consideradas. A plenária foi  
218 questionando sobre algumas informações que constam da proposta orçamentária, sobre algumas ações  
219 que podem estar dúbias, mal formuladas e diluídas em diversos setores. Maria Carolina Fonseca Barbosa  
220 Roseiro comentou que é preciso especificar se as ações são internas para o Sistema Conselhos, se são  
221 para a categoria ou se são para a sociedade. Carolina Saraiva pensa que na Apaf deve ser apresentado  
222 um relatório mais sintético. Izabel Augusta Hazin Pires pensa que algumas ações podem ser  
223 aglomeradas, alguns aspectos podem ser aglutinados, mas que algumas ações devem ficar de forma  
224 especificada. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro comentou que alguns itens estão confusos, que  
225 algumas ações são para os Conselhos Regionais e outras ações são para o Conselho Federal. Antônio  
226 Virgílio Bittencourt Bastos ponderou que algumas ações dão a impressão de estarem duplicadas, então  
227 pensa que os eventos devem ser aglutinados conforme os centros de custo. Raquel Souza Lobo Guzzo  
228 sugeriu que deve ser sintetizado, por ação prioritária, setor e custo para simplificar. José Eli Vasconcelos  
229 (GFin) disse que existem 4 (quatro) eixos e que tentaram encaixar as ações em eixos, mas informou que  
230 existem ações que estão em mais de um eixo. Célia Mazza de Souza ponderou se, ao mexer na planilha  
231 novamente, tornaria mais inteligível o orçamento. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos sugeriu que os  
232 centros de custo sejam aglutinados. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou que agora a proposta  
233 orçamentária está dialogando com o planejamento estratégico e que este ponto é muito sensível na  
234 Apaf. Após ampla discussão, encaminhou-se. **Encaminhamentos:** Aprovada a Proposta Orçamentária do  
235 CFP para o exercício de 2024. **Ponto 27. RENILA DIVULGA NOTA - CONSIDERAÇÕES ACERCA DO**  
236 **DESENVOLVIMENTO DA VACINA PARA "DEPENDÊNCIA" DE COCAÍNA E CRACK (CALIXCOCA) (Processo**  
237 **Sei nº 576600020.002239/2023-51).** Carolina Saraiva informou que no dia 09 (nove de outubro de 2023  
238 (dois mil e vinte e três) recebemos do RENILA e-mail contendo a nota "Considerações acerca do  
239 desenvolvimento da vacina para "dependência" de cocaína e crack (calixcoca): um alerta necessário".  
240 Resumo da nota: Conforme consta no texto, a pesquisa da calixcoca tem sido coordenada pelo professor  
241 Frederico Duarte Garcia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e neste momento os  
242 pesquisadores buscam financiamento para testes em humanos. A Rede Nacional Internúcleos da Luta  
243 antimanicomial e outros coletivos assinaram a nota que apresenta a necessidade de pensar em como  
244 lidar com usos prejudiciais de substância psicoativas, por caminhos que visem a compreensão da  
245 complexidade desta questão, tida como biopsicossocial. Compreende-se que, dessa maneira, ao propor  
246 a saída pela via apenas biológica, ignorando todo o contexto social do proibicionismo, que produz  
247 subjetividades e afeta a vida de diversas pessoas, especialmente pessoas negras, pobres e periféricas, a  
248 vacina calixcoca acaba por reafirmar a lógica de uma cura milagrosa para um problema extremamente  
249 complexo. Além do que, considerar o uso, prejudicial ou não, de uma substância psicoativa a uma  
250 "doença", é redução do psiquismo a reações neuronais ou bioquímicas, é esvaziamento da subjetividade  
251 em jogo, reduzindo-a ao transtorno, a um cérebro desarranjado, a um comportamento desajustado, a  
252 um corpo que terá que absorver mais uma substância, desta vez, imposta pelo estado, que o regule. É  
253 preciso visar a relação que cada sujeito desenvolve com a substância e o significado que ela assume em  
254 sua vida. Os serviços substitutivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no SUS, por meio das políticas  
255 de Redução de Danos, preconizados pela lógica antimanicomial, mesmo com todas as limitações  
256 impostas pelos duros tempos que atravessamos, são exemplos de atenção biopsicossocial aos sujeitos  
257 que fazem o uso de drogas, em que se busca a construção de caminhos possíveis, garantindo-lhes  
258 cidadania. Por fim, é relatado também que a Prefeitura de São Paulo e o Governo de Minas Gerais têm  
259 planejado investimentos de R\$ 4 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente, como apoio para o  
260 desenvolvimento da calixcoca. Pensa que a nota deva ser assinada. Clarissa Paranhos Guedes disse que a  
261 ideia é problematizar a vacina, pois a situação é complexa, e que não é somente uma vacina que irá  
262 curar a dependência. Evandro Moraes Peixoto disse que a crítica é sem conhecimento de causa e que  
263 ficou meio assustado com a resposta a uma proposta de pesquisa. Ponderou que o assunto deve ser  
264 aprofundado. Roberto Chateaubriand Domingues se preocupa em tomar uma decisão, uma posição  
265 excluindo outras possibilidades e ponderou que assinar uma Nota como esta é uma temeridade, pois  
266 estamos atacando a ciência. É absolutamente contrário à assinatura da Nota neste momento. Acredita  
267 que o Conselho Federal de Psicologia pode se aproximar mais do pesquisador, verificar o protocolo e que  
268 a Medicina pode assumir isso. Alessandra Santos de Almeida disse que passamos por um momento  
269 muito delicado de pandemia, que passou por um movimento de antivacina e que foi temerosa a  
270 situação. Lembrou que é extremamente complexa a situação dos adictos, mas que é preciso ter muito  
271 cuidado e que seu posicionamento é um recuo estratégico. Carolina Saraiva disse que é preciso pensar

272 também se a vacina prosperar, como serão feitas as interações compulsórias, as pessoas que se viciam  
273 e não querem deixar o vício. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que é preciso pensar no  
274 cenário atual da política antidrogas. Clarissa Paranhos Guedes disse que é algo que vamos ter que  
275 problematizar mais, pensar mais. E propõe como encaminhamento a necessidade de ter mais  
276 informações e discutir de forma mais organizada e que trará maiores detalhes em plenária posterior.  
277 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro contou de uma reunião que participou, cujo organizador foi o  
278 Inmetro, sobre as substâncias psicodélicas e pensa que devemos ter uma aproximação com as agências  
279 reguladoras que falam sobre os psicodélicos. Pensa que é interessante uma aproximação com o Inmetro  
280 para verificar as pesquisas já realizadas sobre os psicodélicos e talvez fazer uma reunião. Após discussão,  
281 não foi aprovada a assinatura da Nota Técnica e sua consequente divulgação. Roberto Chateaubriand  
282 Domingues referiu que entrará em contato com a Unidade de Proteção de Vacina da UFMG para  
283 levantamento de subsídios para aprofundamento da discussão. **Encaminhamentos:** A) Não foi aprovada  
284 a assinatura da nota pelo CFP. B) Aprofundar a discussão sobre o tema; realizar reunião com o INMETRO  
285 sobre as pesquisas e pautar ao Plenário em momento posterior. C) Conselheiro Roberto Domingues  
286 entrará em contato com Unidade de Produção de Vacina da UFMG para levantamento de subsídios e  
287 aprofundamento da discussão. **Ponto 28. SOLICITAÇÃO DA SES/MT SOBRE A CARTA DE CUIABÁ**  
288 **(Processo Sei nº 576600020.002020/2023-52).** Jefferson de Souza Bernardes disse que o Conselho  
289 Federal de Psicologia recebeu Ofício direcionado pela Secretaria de Estado de Saúde do Governo do  
290 Estado de Mato Grosso solicitando informações acerca de demandas da CARTA DE CUIABÁ do 1º  
291 ECOPICS. A título de contextualização, no referido Ofício consta que, na oportunidade da realização do  
292 1º ECOPICS - Encontro do Centro-Oeste de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, em  
293 Cuiabá/MT, novembro de 2022, foi confeccionada uma carta síntese que demandou várias proposituras  
294 direcionadas aos órgãos públicos e Conselhos de Classes, de interesse das temáticas tratadas, em  
295 especial no que se refere ao item 02 (dois). No documento, também se registrou a previsão de que as  
296 devolutivas das instituições sobre a referida Carta ocorressem na ocasião do 2º ECOPICS. O evento já foi  
297 realizado, contudo, avalia-se ser importante que o CFP se manifeste em relação aos itens 2.9 e 2.10 da  
298 Carta. Além disso, reiteramos as informações já disponibilizadas anteriormente: Conforme levantamento  
299 realizado por este Setor Técnico, a princípio, não se identificou ter havido participação do CFP na 1ª  
300 edição do Encontro. De igual modo, parece não ter havido debates específicos sobre o referido Encontro  
301 no âmbito da Autarquia; A integrante da Comissão Consultiva do SAPP, Iolete Ribeiro, e a analista técnica  
302 Lissane Raquel participaram do 2º Encontro do Centro-Oeste de Práticas Integrativas e Complementares  
303 em Saúde (Ecopics), realizado entre os dias 25 e 29 de setembro de 2023, em Campo Grande/MS;  
304 Durante o referido Encontro, confeccionou-se a denominada "Carta de Campo Grande", a qual, a  
305 exemplo da "Carta de Cuiabá", possivelmente será reportada aos Conselhos de Classe, para  
306 contribuições, com abrangência para o CFP. Sobre a temática das PICS, em caráter geral, relembra-se  
307 que, em setembro de 2018, foi realizado um debate interno sobre o assunto, com a participação de  
308 conselheiros e convidados; A Comissão do SAPP tem enfatizado a necessidade de realizar diálogos  
309 prévios com os órgãos implicados com as PICS, com o propósito de elucidar acerca do funcionamento do  
310 Sistema e os critérios de avaliação de práticas, com abrangência para estas; A 12ª Plenária, realizada em  
311 outubro/2023, deliberou pela organização de um novo Seminário sobre PICS, com o auxílio do SAPP.  
312 Contou que na próxima semana terá reunião com representantes do EMDR, da Rede PICs e com as  
313 Práticas Tradicionais e Populares. E que terá reunião também com o Grupo de Trabalho de Psicodélicos.  
314 **Encaminhamentos:** A) Aprovada a resposta da Carta de Cuiabá. B) Incluir na Carta de Cuiabá a realização  
315 do Seminário. **Ponto 29. INFORMES E SOLICITAÇÕES - 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA CISMU (Processo Sei**  
316 **nº 576600020.002363/2023-17).** Alessandra Santos de Almeida informou que nos dias 22 (vinte e dois) e  
317 23 (vinte e três) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três) a Colaboradora Cecília Soares participou  
318 da atividade 101ª Reunião Ordinária da CISMU. Em seu relatório de participação, a Colaboradora  
319 apresenta os seguintes informes: 1. A reunião realizada nos dias 22 e 23/11 no espaço do CFP foi muito  
320 produtiva, com o tempo bem dividido entre assuntos internos da Comissão (propostas da 17ª CNS, que  
321 impactam a saúde das mulheres; plano de trabalho; planejamento e organização da 3ª Conferência  
322 Nacional de Saúde das Mulheres) e mesas temáticas com convidados. Representantes do Ministério da  
323 Saúde apresentaram a Política Nacional de Atenção Especializada-PNAES e a Política Nacional de  
324 Cuidados Paliativos do SUS. Os temas "Masculinidades e os impactos na saúde das mulheres" e  
325 "Constelação Familiar no âmbito do SUS" foram apresentados por convidados especialistas, seguidos de  
326 diálogos e encaminhamentos para continuidade da formação/ qualificação das componentes da CISMU.  
327 2. O debate sobre Constelação Familiar no SUS foi muito tenso. As duas convidadas tinham posições  
328 opostas sobre o tema. A terapeuta consteladora Roseny Flávia Martins apresentou estudos que

329 supostamente comprovam a eficácia da Constelação em inúmeras questões de saúde mental (slides em  
330 anexo). Desqualificou todas as críticas à Constelação, afirmando que apenas quem passou pela formação  
331 de centenas de horas de leitura e prática pode compreender e falar com propriedade sobre a teoria e a  
332 técnica. A psicóloga e psicanalista Ana Iencarelli, por sua vez, fez um discurso inflamado contra a  
333 Constelação e sua prática no SUS. O assessor técnico do Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção  
334 Primária à Saúde, Daniel Amado, trouxe informações sobre a prática da Constelação entre as PICS (dados  
335 de 2022, slides em anexo) mostrando que quem mais realiza o procedimento da constelação familiar são  
336 profissionais da enfermagem, seguidos por médicos e psicólogos, em sua maioria na atenção primária,  
337 mas também na atenção especializada. Esses dados tinham sido solicitados pelo CFP (reunião no MS em  
338 maio de 2023) e também pela CISMU (reunião online em outubro 2023). Em seguida, foram feitas as  
339 seguintes solicitações: 1. Solicitar a todos os conselhos de classe profissional relacionados à saúde  
340 posicionamento sobre a prática de constelação familiar. 2. Indagar se há algum tipo de  
341 fiscalização/acompanhamento/denúncia sobre a prática. 3. Recomendar a suspensão da prática de  
342 constelação familiar no SUS até haver regulamentação (tempo e qualidade da formação, fiscalização,  
343 entre outros). Pontuou que, considerando que CFP tem recebido convites para posicionamentos da  
344 pauta da constelação familiar nos campos do Judiciário, Saúde e Direitos Humanos, solicita-se orientação  
345 e sugere debate e alinhamento das representações institucionais do Conselho Federal de Psicologia para  
346 este assunto. Pontuou que o posicionamento da plenária é o que está descrito na Nota Técnica, e a  
347 prática da Constelação Familiar deve ser submetida ao SAPP. Carolina Saraiva disse que a Nota Técnica  
348 não dá conta. Alessandra Santos de Almeida referiu que são sucessivas as violações a crianças,  
349 adolescentes, mulheres utilizando a Constelação Familiar, que as violações são feitas das mais diversas  
350 formas. **Encaminhamentos:** A) Manter o posicionamento da Nota Técnica sobre Constelação Familiar. B)  
351 Sobre o acompanhamento da prática: o diálogo com o CFP pode continuar a partir da submissão da  
352 técnica ao SAPP para avaliação. **Ponto 30. DESLIGAMENTO DE COLABORADOR - CDH - DEIVISON WARLA**  
353 **MIRANDA SALES (Processo Sei nº 576600005.000420/2023-11)** Alessandra Santos de Almeida disse que  
354 no dia 01 (primeiro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), o colaborador Deivison Warla  
355 Miranda Sales, da Comissão Nacional de Direitos Humanos solicitou desligamento da Comissão através  
356 de envio de e-mail à CDH. O colaborador formaliza o pedido de desligamento, agradece a oportunidade  
357 do trabalho em conjunto e deseja excelente trabalho ao grupo. Disse que foi oficializada a solicitação de  
358 desligamento e que estão comunicando ao plenário do Conselho Federal de Psicologia. Referiu que  
359 passaram por momentos muito difíceis na Comissão de Direitos Humanos e em encontros que  
360 aconteceram. **Encaminhamentos:** Apreciada a solicitação de desligamento do Sr. Deivison Warla  
361 Miranda Sales da CDH/CFP. Elaborar portaria de revogação da nomeação. Do ponto anterior derivou-se o  
362 ponto: Representações do CFP. **Ponto 31 inserido na Hora: REPRESENTAÇÕES DO CFP.** Maria Carolina  
363 Fonseca Barbosa Roseiro pensa que todas as pautas do Sistema Conselhos devem ser tratadas com  
364 muita cautela quanto a indicação das representações do Conselho Federal em espaços do Conselho  
365 Regional. Carolina Saraiva disse que há 2 (duas) situações que estão sendo discutidas neste momento.  
366 Pensa que as pessoas que compõem a Comissão de Direitos Humanos não devem fazer algumas  
367 representações que deveriam ser feitas pelo Conselho Federal de Psicologia. E que, às vezes, há  
368 confusão entre a representação militante e a representação institucional. Alessandra Santos de Almeida  
369 está na Comissão de Direitos Humanos e concorda que as representações devem ser feitas pelo  
370 Conselho Federal, mas que há exceções nas quais a Comissão de Direitos Humanos pode representar o  
371 Conselho Federal. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro comentou sobre um evento realizado no CRP  
372 16 em que a representação foi feita por integrante da Comissão de Direitos Humanos e não pelo  
373 Conselho Federal de Psicologia, o que gerou descontentamento do CRP 16. Nita Tuxá referiu que  
374 Deivison Warla Miranda Sales, quando saiu, fez justamente uma crítica sobre as representações do  
375 Conselho Federal de Psicologia. Perguntou sobre o papel da Comissão de Direitos humanos dentro do  
376 Conselho Federal. E que é importante o alinhamento do que vai ser falado enquanto instituição quando  
377 a representação não for do Conselho Federal. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que este tema de  
378 representação é sempre muito difícil e comentou sobre o fluxo que é seguido, e que muitas vezes a  
379 solicitação de representação chega com prazo extremamente pequeno para resposta. Contou também  
380 que as solicitações são muito delicadas quando vêm de Conselhos Regionais. Isabel Augusta Hazin  
381 Pires disse que muitos prazos foram perdidos por falta de agenda, então foram estabelecidos alguns  
382 critérios: se o evento for num estado que tem conselheira do Conselho Federal, essa conselheira vai; a  
383 prioridade é a plenária, mas só é aberta a exceção de não participar da plenária se o evento for  
384 extremamente importante. Encaminhou que, quando chegar convite em que a Comissão de Direitos  
385 Humanos irá representar o Conselho Federal, que a Secretaria Executiva avise à Comissão de Direitos

386 Humanos. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que é preciso refinar as comunicações. Pedro  
387 Paulo Gastalho de Bicalho disse que as solicitações de representação devem ser encaminhadas ao e-  
388 mail: [diretoria@cfp.org.br](mailto:diretoria@cfp.org.br). E que se chegar um pedido de representação, que não puder ser atendido,  
389 que seja motivado. **Encaminhamentos:** A) Informar à CDH quando chegarem os convites de  
390 representação. B) Aprofundar a discussão sobre as representações pelo Plenário. C) Viabilizar a  
391 participação da Conselheira Alessandra Almeida na reunião de presidentes. D) Todas as vezes que os  
392 Conselheiros não puderem participar de um evento, explicitar o motivo em razão do Calendário  
393 (reuniões plenárias). **Ponto 32 inserido na hora: REUNIÃO DO GT EMERGÊNCIAS E DESASTRES COM**  
394 **CRP-15.** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que Leonardo Tenório do CRP 15 solicitou ponto de pauta  
395 na Reunião de Presidentes sobre os acontecimentos em Alagoas e referiu que se a conselheira  
396 Alessandra Santos de Almeida quiser estar presente durante a discussão deste ponto, está convidada.  
397 Alessandra Santos de Almeida disse que pode ser realizada reunião do Grupo de Trabalho de  
398 Emergências e Desastres com o CRP 15, e que o conselheiro Jefferson de Souza Bernardes deve estar  
399 presente. A reunião deverá ser marcada para o dia 12 (doze) de dezembro. **Encaminhamentos:** Realizar  
400 reunião on-line no dia 12/12/2023 do GT Emergências e Desastres com presença do CRP-15. Convidar  
401 Conselheiro Jefferson Bernardes para participar. O segundo dia da reunião plenária foi encerrado às  
402 dezessete horas e quarenta e oito minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires,  
403 Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes nomeadas. \_\_\_\_\_  
404 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é*  
405 *composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem*  
406 *palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.*  
407



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 24/04/2024, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 24/04/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 24/04/2024, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 25/04/2024, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 25/04/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 25/04/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 25/04/2024, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 29/04/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 02/05/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 03/05/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 03/05/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 04/05/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 06/05/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 08/05/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 08/05/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 08/05/2024, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 09/05/2024, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 13/05/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 16/05/2024, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1549258** e o código CRC **347C9A25**.

---

---

**Referência:** Processo nº 576600004.000079/2024-95

SEI nº 1549258